

## EMPRESAS NACIONAIS E CAPITAL ESTRANGEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

**Saulo Rondinelli Xavier da Silva**

Professor do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (SEC-BA)  
[geoilheus@hotmail.com](mailto:geoilheus@hotmail.com)

### RESUMO

Esse artigo trata de uma análise sobre o processo de privatização de empresas nacionais. Com o objetivo de elaborar essa análise, buscamos reconhecer que o Brasil é dotado de diversas empresas, dos múltiplos setores, além disso sempre foi destaque no mercado externo devido à exportação de matérias-primas. Contudo, também se caracteriza como importador de produtos dos diversos setores, modelos sociais e até culturais. As privatizações aparecem como uma alternativa "viável", porém só é feita em empresas e patrimônios que jamais devem ser entregues ao exterior. Ademais, a tão divulgada privatização parece ser algo derivado ou que deriva a modernidade, uma vez que a mídia explora muito mais o lado esplendoroso do processo. No entanto, a própria mídia tem importante papel frente à reflexão, levando ao cidadão informações acerca das consequências desse processo. Nesse sentido, buscamos questionar a existência de avaliações capazes de comprovar acertos e erros ou demonstrar a eficácia das opções feitas até aqui, e elaborar abordagens críticas através de uma pesquisa bibliográfica, cujas discussões resultam em convidar o leitor à reflexão sobre o processo de privatização existente no Brasil e a participação direta da sociedade nesse processo.

**Palavras-chave:** capitalismo, privatização, setor terciário, economia.

## NATIONAL COMPANIES AND FOREIGN CAPITAL: AN ANALYSIS OF THE PRIVATIZATION PROCESS IN BRAZIL

### ABSTRACT

This article deals with an analysis on the process of privatization of national companies. With the aim of preparing this analysis, we seek to recognize that Brazil is endowed with diverse businesses, multiple industries also always been highlighted in the foreign market due to export of raw materials. However, also characterized as an importer of products from various sectors, social models and even cultural. Privatization appear as an alternative, "feasible" but is only made in companies and assets that should never be outsourced. Moreover, as disclosed privatization seems to be something derived or that derives modernity, since the media explores much more splendid than the next process. However, the media itself has an important role opposite reflection, leading to citizen information about the consequences of this process. Accordingly, we seek to question the existence of ratings who can demonstrate successes and mistakes, or demonstrate the effectiveness of the choices made thus far, and develop critical approaches through literature, whose discussions result in inviting the reader to reflect on the process of privatizing existing in Brazil and the direct participation of society in this process.

**Key-words:** capitalism, privatization, third sector, economy.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde que surgiu, e em virtude de sua essência – produzir para o mercado, objetivando o lucro e, conseqüentemente, a acumulação da riqueza, o capitalismo sempre tendeu à internacionalização,

---

Recebido em 23/07/2009

Aprovado para publicação em 15/08/2009

ou seja, à incorporação do maior número possível de povos ou nações ao espaço sob seu domínio. Essa tendência apareceu de modo mais notável em alguns períodos. Nos séculos XV e XVI, ocorreu a internacionalização do capital mercantil por ocasião da chamada Revolução Comercial; na segunda metade do século XIX, no contexto da Revolução Industrial, deu-se a internacionalização do capital financeiro.

Depois da Segunda Guerra Mundial, aconteceu a internacionalização do capital produtivo, isto é, da própria produção industrial como processo integrado. Para Almeida e Rigolin (2004, p.469),

Até então, funcionava a secular divisão internacional do trabalho, estabelecida através do chamado pacto colonial<sup>2</sup>, segundo o qual a atividade industrial era privilégio das metrópoles, que vendiam seus produtos às colônias, geralmente, fornecedoras de *commodities*<sup>3</sup>.

Nesse contexto, as grandes empresas dos países desenvolvidos "invadiram" os países subdesenvolvidos para fabricar seus produtos e aumentar ainda mais seus mercados de consumo. Assim, não só fugiam dos pesados impostos e das severas leis trabalhistas de seus países de origem, mas também aproveitaram as vantagens da mão-de-obra mais barata nas novas unidades.

A partir de 1956, com o governo Juscelino Kubitschek, surgiu uma nova fase cuja idéia era colocar o país entre as grandes nações industriais do mundo. Nesse sentido, o governo passou a investir em setores fundamentais para dar impulso ao desenvolvimento industrial: energético, siderúrgico, metalúrgico e de transporte. Simultaneamente, criou-se várias facilidades para que empresas estrangeiras passassem a investir no país. Então, várias multinacionais, de diversos ramos, instalaram-se no Brasil: têxteis, alimentícias, farmacêuticas, químicas, eletro-eletrônicas. Hoje prefere-se utilizar a expressão empresas transnacionais, uma vez que não são empresas de vários países, mas de um só cuja atuação ultrapassa fronteiras.

Parte dos lucros dessas empresas é enviada para os países desenvolvidos, onde ficam suas sedes. Nesse cenário de privatizações, no Brasil, poucos são os "compradores" brasileiros, quase sempre são as transnacionais. Muitos produtos já produzidos no Brasil continuam sendo importados, como é o caso dos fertilizantes, defensivos, que, por isso mesmo, passaram a ser pagos em dólar pelos agricultores, nesse caso. Na outra ponta da discussão, sabemos pouco a respeito dos desdobramentos efetivos que as privatizações vêm tendo sobre a vida e o cotidiano dos cidadãos. A partir disso, se busca questionar a existência de avaliações capazes de comprovar acertos e erros ou demonstrar a eficácia das opções feitas até aqui.

### **O processo de privatização de empresas públicas nacionais**

Surgido num contexto de rápidas mudanças no âmbito da produção, do comércio e das finanças, esse novo impulso globalizador do capital impôs sérias dificuldades aos países em desenvolvimento. De um lado, o avanço hegemônico de corporações transnacionais e a crescente sofisticação e internacionalização dos circuitos tecnológicos, econômicos e financeiros que alteraram parte dos métodos e funções dos Estados nacionais; de outro, questões como qualidade, conteúdo tecnológico e redução de custos por ganhos de produtividade, decorrentes de inovações tecnológicas, que passam a ser fatores relevantes de competitividade em relação à utilização de mão-de-obra desqualificada, materiais tradicionais e tecnologia menos sofisticada. Por assim dizer, a globalização sinalizou um movimento desequilibrador da divisão internacional do trabalho, acentuando um panorama socioeconômico já bastante precário nas economias periféricas.

---

<sup>2</sup> Também denominado de exclusivo metropolitano, era um sistema pelo qual os países da Europa que possuíam colônias na América, mantinham o monopólio da importação das matérias-primas mais lucrativas dessas possessões, bem como da exportação de bens de consumo para as respectivas colônias.

<sup>3</sup> Usada como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos "*in natura*", cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade.

Nesse contexto, nos últimos anos, se instalou no Brasil uma “atmosfera” onde o que se ouve falar é a privatização como alternativa para solucionar os problemas que se agravam com o capitalismo. A venda de estatais, segundo o governo, serviria para atrair dólares, reduzindo a dívida do Brasil com o resto do mundo, e “salvando” o real. E o dinheiro arrecadado com a venda serviria ainda para reduzir também a dívida interna. Aconteceu o contrário, “a privatização acabou por aumentar a dívida interna” (BAUER, 1999, p.20).

Segundo Bauer (1999, p.20), “a *Telefônica Interativa* conta, a seu favor, com os músculos de sua empresa-irmã, a *Telefônica* (que pertence a um grupo espanhol), dona de um faturamento de nada menos que 4,6 bilhões de dólares”. Fora as transnacionais, as empresas brasileiras que compraram as estatais não usaram capital próprio. Assim, aumentaram a dívida externa do Brasil. É o que se pode demonstrar, na ponta do lápis, num “balanço das privatizações brasileiras” (MODIANO, 2000), aceleradas a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O fato mostra bem uma das dificuldades na desmontagem a que está sendo submetida a estrutura fundamental de serviços públicos dos diversos países. Passando ao controle do mercado, os serviços nem sempre melhoram. No caso da telefonia, por exemplo, especificamente no Brasil, o sistema continua claudicando, em que pesem os inegáveis melhoramentos tópicos, os investimentos expressivos e os números triunfantes. Caíram vertiginosamente os preços das linhas telefônicas, assim como a qualidade no atendimento ao público, que tende a ser totalmente eletrônico, o que obriga uma demora desnecessária para se conseguir uma informação qualquer, desproporcionalmente a fluidez do mundo globalizado. Paga-se por qualquer serviço “adicional”, e o pior, uma simples solicitação sempre passa por vários atendentes e os mesmos solicitam sempre informação dos mesmos dados, deixando o consumidor exposto a operação mercantil, além do mais, gerando insatisfações.

Partindo nesse caminho, o cenário já não se mostra tão favorável. Acumulam-se queixas pelo mau funcionamento e inoperância gerencial, reclamações quanto ao atendimento e ao modo como passaram a ser tratados os consumidores. Enfim, por outro lado, temos em nosso território um conjunto de “sistemas de engenharia”<sup>4</sup> que foram criados ou instalados por bilhões, interesses fizeram muito dinheiro ser desperdiçado em idéias fracassadas como: Transamazônica, Ferrovia do Aço, Usinas Nucleares.

Como salienta Modiano (2000), as quebras dos monopólios constitucionais foram fundamentais para a aceleração e a conclusão dos processos de privatizações das estatais brasileiras. Agora, parece que quem pode não quer fazer nada pelos “sobreviventes” nordestinos, que ali vivem humilhados e só lembrados em épocas eleitorais, em meio a seca. Quando, na verdade, até os Incas irrigaram boa parte do seu império numa época que não havia nenhum incremento tecnológico, por exemplo. Por tudo isso não ser da vontade de quem detém o direito de tê-la, pois na região nordestina (utilizando o exemplo citado), o que se instala a cada dia é a “indústria da seca”.

Portanto, não seria a privatização, a única maneira de obter recursos para solucionar as necessidades em diversos setores, e sim, criar investimentos. Nesse sentido, o governo cita diversos problemas a serem sanados com a privatização de empresas nacionais. Contudo, do jeito que esse processo é conduzido, tem acontecido exatamente o contrário, as dívidas interna e externa aumentam, e agudizam a grande dívida para com os brasileiros.

### **O capital estrangeiro incentivado pelos meios de comunicação**

Os meios de comunicação de massa incentivaram as privatizações através de fortes campanhas contra as estatais. Sempre houve o discurso de que os preços cobrados aos consumidores pelas

---

4 Santos e Silveira (2001, p. 101) ressaltam que em períodos anteriores, os sistemas de engenharia eram imaginados para responder às necessidades do lugar e, de fato, assim funcionavam. Sua escala de projeto era mais frequentemente regional. Nos dias de hoje, os sistemas de engenharia são projetados e construídos em forma integrada, na intenção de promover a convergência de certos agentes e de certas regiões.

empresas privadas reduziram, como se houvesse maior eficiência nas empresas privadas. No caso dos serviços telefônicos e de energia elétrica, o projeto de governo sempre foi fazer exatamente o contrário do que prometeu.

Uma promessa que também ecoou por aqui é que com a privatização empresas passariam a oferecer melhores serviços. A verdade é que os preços reduziram (como exemplo as telecomunicações) o que viabilizou maior acesso. No entanto, "os serviços pioraram, pois, as taxas e tarifas antes da privatização são aumentadas para preparar o consumidor e assim, conformá-lo" (BIONDI, 2001). O que acabou disseminando também foram as demissões, que foram realizadas maciçamente pelo governo antes de privatizar, isto é, "gastou milhões com o pagamento de indenizações e direitos trabalhistas, que na verdade seriam de responsabilidade dos compradores" (CHIAVEGATTO, 2003).

Ao longo dos últimos anos, período em que cresceu e ganhou velocidade a política de privatizações, a população (ou pelo menos sua parte mais ativa) parece ter-se dividido em relação à questão. Quantitativamente, o quadro geral é de aplauso e aprovação, prova cabal de que o discurso privatizante goza de um inquestionável poder de sedução. De modo geral, as pessoas parecem convencidas de que os serviços tenderão a melhorar e os preços a cair com a entrada em cena do mercado, das empresas privadas, da concorrência.

Na campanha de desmoralização das estatais, o governo e a mídia especularam a quebra das empresas controladas pelo Estado. Pregando que as estatais seriam um obstáculo para o brasileiro e que estas inviabilizariam o desenvolvimento do país, os argumentos esbarraram na verdadeira situação das empresas. Algumas apresentavam lucros de até 250%, como era o caso da Telebrás antes da privatização, em 1998, o que desmente a falácia repetida pelo governo FHC e pela Rede Globo, por exemplo, de que as estatais apenas devoraram o dinheiro do Tesouro Nacional. É verdade que os lucros das estatais não eram constantes. Porém, depois da privatização as ex-estatais deram um salto vertiginoso nos lucros, agora não para o patrimônio público, mas para os grupos capitalistas que arremataram estas empresas.

Nesse sentido, acreditava-se que o próprio Estado ficaria aliviado de uma pesada carga de incumbências e, com isso, ganhasse maior agilidade, já que, livre do estorvo representado pelas estatais tidas como ineficientes, poderia se reorganizar e cuidar daquilo que realmente interessasse. Olham com assombro os resultados exibidos pelas novas empresas, deixando de considerar que elas operam hoje em circunstâncias tremendamente favoráveis, que jamais existiram para as antigas estatais, como isenção de impostos por um longo período e outros incentivos fiscais.

### **Os cálculos não agradam, mas é preciso calculá-los**

Biondi (2001, p.30-31) nos dá um exemplo de prejuízo considerado lucro, "na venda da COSEPA (Companhia Siderúrgica Paulista), o governo ficou responsável por dívidas de 1,5 bilhão de reais (além de o governo paulista ter cobrado o recebimento de 400 milhões de reais em ICMS atrasado)". Nessa ocasião, em 1993, o governo recebeu pela venda a quantia de 300 milhões de reais, isto é, ganhou uma dívida de 1,5 bilhão de reais, e os compradores pagaram somente 300 milhões.

No entanto, vamos aos exemplos mais práticos: o caso do Banco do Estado do Rio de Janeiro é um dos mais escandalosos que o brasileiro pode presenciar, apesar da defesa ferrenha da mídia ao governo e da manipulação dos fatos. O consórcio que arrematou o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) por meros 330 milhões de reais, em 1997, recebeu um generoso presente do governo.

Segundo Chiavegatto (2003),

Além da privatização, o governo do Rio de Janeiro tomou um empréstimo dez vezes maior do que o preço pago pelos compradores: 3,3 bilhões de reais para pagar dívidas trabalhistas (FGTS, pensões, indenizações etc.) aos empregados,

ex-empregados e aposentados do banco, tomando para si uma responsabilidade que deveria ficar com os compradores. A dívida foi paga com o dinheiro do Tesouro Nacional, ou seja, dinheiro do contribuinte.

No caso da privatização das empresas de telecomunicações o governo investiu mais de 21 bilhões de reais na ampliação de linhas, instalação e troca de telefones públicos nos pontos mais distantes do Brasil. Nada demais, é papel do governo investir no bem-estar da população, mas esse investimento feito em dois anos foi seguido da venda criminosa das estatais que controlavam o sistema de telecomunicações no Brasil. Chiavegatto (2003) salienta ainda que

O governo, após investir todo esse dinheiro, mais uma vez oriundo do bolso do contribuinte, vendeu tudo por uma entrada no valor de 8,8 bilhões de reais, sendo que a metade dessa entrada foi financiada pelo próprio governo por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Mas é necessário, também, haver acordos que beneficiem o brasileiro, como a impossibilidade de haver pedágios nas rodovias privatizadas, ou que se houverem, sejam de acordo às condições do brasileiro, sem exageiros, e principalmente, com retornos refletidos na qualidade dessas rodovias. Tais condições foram refletidas numa pesquisa realizada entre os dias 24 e 31 de outubro de 2007 pelo instituto Ipsos, sob encomenda do jornal O Estado de São Paulo. “De acordo com o jornal, a percepção dos brasileiros é que as privatizações pioraram os serviços prestados à população nos setores de telefonia, estradas, energia elétrica e água e esgoto” (MARCHI, 2007). Segundo essa pesquisa, a rejeição a privatização não tem razão partidária ou ideológica, atinge por igual as privatizações feitas no governo FHC, no governo Lula ou em diversos governos estaduais e municipais.

Partindo desta proposição, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, acredita que os mercados voltarão a ter papel importante no financiamento da economia brasileira. Para ele,

Os projetos de infra-estrutura podem ter alto-retorno e baixo-risco. Coutinho ressalta ainda que as recentes intervenções estatais no mercado financeiro internacional não eram previstas e as considera extraordinárias, em função do colapso de grandes bancos. Em sua opinião, esse tipo de intervencionismo não será necessário no Brasil, onde o sistema financeiro está robusto e sólido (PIETROBELLI, 2009).

As entidades sindicais esperam que as medidas adotadas pelo governo brasileiro mantenham o crescimento da economia. O receio é que os problemas levem a mais demissões. As medidas adotadas não deram nenhuma garantia de emprego. Essa é a principal reivindicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), se o governo renovar a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as montadoras.

Nesse momento, a presença do Estado tem-se revelado importante, porque, se não houvesse intervenção firme do Estado nos setores financeiro e automotivo, certamente a crise estaria muito mais grave e o desemprego estaria muito maior, o que pode recuperar a real dimensão da construção de um horizonte de longo prazo, que contemplates um novo papel ao Estado, vinculado ao crescimento e à inserção tecnológica. O que parece estar sendo implementado é, pelo contrário, a adoção de soluções associadas às estratégias próximas a ação neoliberal, cujo alto preço, os resultados de longo prazo certamente deverão revelar.

### **Considerações Finais**

Em sendo um momento de mudanças estruturais, que permanentemente impõem rearranjos nas diversas órbitas da atividade econômica, há que se buscar contribuições analíticas que contemplem a dimensão de tão relevante movimento. Por fim, pode-se afirmar que a economia brasileira cresceu muito nas últimas décadas e o país se modernizou, mas foi um crescimento dependente do capital estrangeiro e do qual a população mais carente pouco se beneficiou. A miséria ainda é um elemento marcante, tanto nas zonas mais pobres como nas cidades mais desenvolvidas do Brasil. A solução pode vir, se fosse privatizado aquilo que para oferecer qualidade, deve passar por mudanças estruturais. As rodovias em ruínas por exemplo que fazem

as estatísticas mentirem pois aumentam o número de acidentes a cada dia, causados, principalmente, pelas péssimas condições das estradas. Diversas são as empresas que para o brasileiro não tem utilidade alguma.

As questões abordadas ao longo deste artigo permitem observar que, se por um lado, os ajustes e as reformas liberalizantes implementados no Brasil impactaram positivamente a inflação e a captação de recursos estrangeiros e forçaram uma certa reestruturação produtiva, elevando a produtividade industrial; por outro, prejudicaram o desempenho comercial brasileiro. Afinal de contas, não estão sendo privatizadas empresas quaisquer, mas sim aquelas que garantiram o desenvolvimento das economias nacionais até um passado bem recente, empresas que, salvo exceções, cuidavam da produção, organização e prestação de serviços essenciais para o bem-estar da população e a modernização da sociedade. Estando agora cada vez mais sob controle do mercado, com um sensível encolhimento das chances de regulação pública.

Com o impulso do sistema neoliberal de governança, a febre das privatizações no governo brasileiro não levou em conta a opinião pública, ou seja, vendeu-se um patrimônio coletivo sem perguntar se realmente queriam vendê-lo e o pior, a preços incrivelmente baixos. Nesse contexto, a medida estatal para a crise financeira internacional adotada pelas economias centrais do mundo está alimentando a revanche dos economistas e políticos “estatistas” contra aqueles que, inspirados no colapso do socialismo no final da década de 1980 e no liberalismo norte-americano e inglês, passaram os últimos vinte anos pregando a não intervenção do Estado na economia.

Qual seria o outro caminho do governo? Entregar as empresas aos seus verdadeiros donos: a sociedade. Como? Isso foi feito na Inglaterra, país que é tido como o berço do neoliberalismo mundial. Em sua gestão, a então primeira-ministra Margaret Thatcher entregou o controle das empresas estatais à população por meio da pulverização de ações, ao invés de vendê-las por qualquer preço a pequenos grupos empresariais. Com isso, o governo ganhou, pois recebeu o dinheiro das empresas e a sociedade tinha participação direta nos lucros, já que as ações subiam de acordo com o mercado e podiam ser negociadas na bolsa de valores.

A segunda opção seria proporcionar recursos à reestruturação competitiva das empresas, supondo que o ambiente de mudança restrinja-se ao aporte de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura. Aparentemente tal opção forneceria elementos suficientes à orientação do desenvolvimento, mas a necessidade de se criar convergências em complexas redes de inovação, impõe a criação de um sistema nacional de inovação, justificando a necessidade de uma outra forma de ação estatal que pressuponha a existência de um consenso sobre as estratégias. Adquirir tecnologia, e com ela novas habilidades, implica adoção de estratégias, revelando que as ações conjuntas de parceria público-privada, a sua incorporação em processos inovativos e em competitividade.

Assim, neste artigo, o leitor é convidado a refletir sobre o processo de privatizações. São fatos prosaicos, insuficientes para contestar a política de privatizações. Servem, porém, para que seja analisado o quadro mais abrangente em que são tomadas as decisões e sobretudo para que se valorize aquilo que se passa por trás dos bastidores. Uma vez que o principal motivo das transnacionais é fabricar e ampliar o seu mercado de consumo através das novas unidades, além de contar com mão-de-obra mais barata e isenções fiscais. No mínimo, ajudam a fazer com que se recorde algo básico, quase trivial: não podem existir decisões criativas em termos de gestão – e sobretudo de gestão de coisas que interessam diretamente ao público – se os usuários não forem incorporados ao processo e tratados como realmente são, isto é, como cidadãos, não como meros consumidores de bens e serviços.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. A. & RIGOLIN, T. B. **Geografia**. São Paulo: Ática, 2004.

BAUER, M. Telefônica. **Info Exame**. São Paulo, v. 14, n. 160, p. 20-28, jul. 1999.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p.23-83.

CHIAVEGATTO, F. O assalto das privatizações. *In: A Opinião*. Vol. 5, jun. 2003. Disponível em: <http://www.aopinio.hpg.ig.com.br/artigooassaltodasprivatizacoes.htm> - Acesso em: 25 mai. 2009.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LACERDA, A. C. **O impacto da globalização na economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MARCHI, C. Maioria é contra privatizações, aponta pesquisa. *In: O Estado de São Paulo*. São Paulo, 11. nov. 2007.

MODIANO, E. **A Privatização no Brasil**: um balanço das privatizações nos anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/resposta.asp?setorTema=Privatiza%E7%E3o&offset=0>. Acesso em: 10 ago. 2008.

PIETROBELLI, A. Crise econômica alimenta “revanche” de quem se opunha à privatização. *In: Crise: rumos e verdades*. Disponível em: <http://www.crise.pr.gov.br/>

modules/noticias/makepdf.php?storyid=182 – Acesso em 8 mar. 2009. Curitiba, 2009.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 470p.